

QUADRO ATUALIZADO ATÉ 29/11/2019 DE DIVULGAÇÃO DAS RESPOSTAS CONFERIDAS AOS QUESTIONAMENTOS AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 62/2019 PPP EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Município de Timbó, através da Secretaria Municipal de Obras, serviços Urbanos e Agrícolas, torna pública as respostas conferidas pelo corpo técnico responsável pela elaboração do edital e projeto, aos questionamentos e pedidos de esclarecimentos feitos ante o edital de concorrência nº 62/2019:

**Dúvida Suscitada:** “Prezado Presidente da CPL e equipe de apoio. Processo de Concorrência para Concessão n.º 62/2019 Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas Objeto: PARCERIA PÚBLICA PRIVADA (PPP) NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ. Respeitosamente venho a sua presença solicitar esclarecimentos quanto ao exigido no item 05 do ANEXO IV CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL planilhas abertas quais devem compor o processo referido, o qual tem por objetivo: "05. A licitante proponente deverá apresentar juntamente com sua proposta comercial, declaração de instituição financeira, nacional ou estrangeira, emitida no papel timbrado da referida instituição, com assinatura do representante legal da mesma e do profissional responsável, comprovando a aceitação por parte desta em financiar o licitante para a execução do contrato de concessão, caso este venha a lhe ser adjudicado, conforme proposta comercial apresentada" Tendo em vista que a empresa ...Tem a intenção de participar e executar o contrato de forma individual ou seja recursos próprios PERGUNTAMOS: devemos apresentar declaração manifestando tal fato para atendimento do item em questão?”

**Resposta oficial:** " Caso a proponente tenha a intenção de financiar por si o objeto da licitação, poderá fazê-lo. Nesse caso, não é necessária a apresentação do referido documento. A declaração de instituição financeira tem o importante objetivo de constituir uma garantia a mais para o fiel cumprimento da execução do contrato. Caso a proponente tenha a intenção de financiar por si o objeto da licitação, poderá fazê-lo, mas o Poder Concedente se reserva o direito de efetuar diligência no sentido de conhecer da real possibilidade de assunção do respectivo compromisso por parte da proponente, nos termos do art. 43, §3º da Lei de Licitações."

**Dúvida Suscitada:** “Boa tarde, No edital há a previsão de pagamento de R\$ 400.000,00 a título de ressarcimento aos autores do projeto. A dúvida é a seguinte: em qual momento este valor deverá ser pago? Durante o primeiro ano ou no início da execução?”

**Resposta Oficial:** “A quitação dos valores referentes à elaboração dos Estudos, serão devidos à Fundação Ezute, em parcela única, como condição para a emissão da Ordem de Início do Contrato.

No anexo de Referências do Projeto, no item 5.7, tabela 1/2, verifica-se a seguinte disposição:

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1
(+) RECEITAS	-	1.126.275
CONTRAPRESTAÇÃO MÁXIMA - NOMINAL	40.570.269	1.126.275
(-) DESPESAS	(10.014.234)	(1.126.753)
OPEX - CTO - PROJETADO	3.378.789	186.405
MANUTENÇÃO IP - PROJETADA	1.308.876	172.543
RECURSOS HUMANOS - PROJETADO	3.829.734	271.967
VERIFICADOR INDEPENDENTE - NOMINAL	649.969	28.339
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	400.000	400.000
SEGUROS - PROJETADO	446.866	67.499

No tema Despesas pré-operacionais, consta o valor de 400.000 como item pré-operacional, ou seja, deverão ser quitados antes do início efetivo da operação.

*No item 6.2.6. d, cita a obrigação.*

*d) os valores a serem pagos a título de ressarcimento aos autores dos estudos aproveitados em razão do Processo de dispensa de licitação nº 13/2019, no importe de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), corrigidos da data de 15 de março de 2019 até data do efetivo pagamento, pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, da FGV;”*

---

Timbó, 29 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas  
Adilson Mesch